

Mem. 12/CFAMGE/2022

Em 23 de junho de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Wanderley Ávila**Assunto:** Dívida Consolidada Líquida e Despesa de Pessoal dos Poderes e Órgãos Independentes do Estado no 1º quadrimestre de 2022.

Senhor Conselheiro Relator,

Nos termos do inciso VIII do art. 35 da Resolução Delegada nº 01/2021 do TCEMG, compete a esta Coordenadoria aferir o cumprimento, pela Administração Estadual, dos limites e vedações impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como cientificar o Relator das contas de Governo acerca das conclusões técnicas quanto à necessidade de emissão dos alertas de que trata a LRF.

1. DIVERGÊNCIAS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida - RCL, é calculada de acordo com as diretrizes contidas no art. 2º, IV, da LRF, no § 16 do art. 166, e no § 1º do art. 166-A, da Constituição Federal. Seguindo a legislação de regência, tem-se uma RCL que serve de base de cálculo para despesa total com pessoal (na qual se deduzem as receitas decorrentes das emendas parlamentares impositivas federais individuais e de bancada), outra para o endividamento (em que são deduzidos apenas os valores provenientes das emendas parlamentares impositivas federais de bancada) e, finalmente, um terceiro tipo, no qual não há quaisquer dessas duas deduções, e que serve de base de cálculo para os demais limites (garantias, montante da reserva de contingência, contratação de parcerias público-privadas, precatórios, previsão e execução das emendas parlamentares, entre outros).

Baseada nesses dispositivos constitucionais e na LRF, a Cfamge analisou o demonstrativo da RCL, referente ao 1º quadrimestre de 2022, publicado pelo Poder Executivo Estadual e detectou que o valor das deduções de emendas parlamentares individuais e de bancada estão dissonantes, sendo esta uma divergência recorrente, de conhecimento do Estado e que vem sendo apontada por esta Coordenadoria desde o exercício de 2020, conforme planilha abaixo:

Exercício de 2022 (1º quadrimestre)

R\$

Especificação	Valor Apurado pela Cfamege (A)	Valor Divulgado pelo Estado (B)	Diferença (C = A - B)
Receita Corrente (I)	124.479.923.260	124.479.923.260 -	0
(-) Deduções (II)	38.068.410.596	38.068.410.596,47 -	0
RCL (III) = (I - II)	86.411.512.664,00	86.411.512.663,57	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	38.465.156	21.025.208	17.439.948
RCL ajustada para cálculos dos limites de endividamento (V) = (III - IV)	86.373.047.508,00	86.390.487.455,57	-17.439.947,57
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	12.852.096	-	12.852.096
RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal (VII) = (V - VI)	86.360.195.412,00	86.390.487.455,57	-30.292.043,57

Fonte: Armazém de Informações - Siatf; Secretaria do Tesouro Nacional (<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas-parlamentares>).

Essa Coordenadoria ao cruzar as informações publicadas pelo Estado com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, identificou que a União efetivamente transferiu para o Estado de Minas Gerais (pagou) R\$38.465.156 (trinta e oito milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e cinquenta e seis reais), referentes a emendas parlamentares impositivas individuais e R\$12.852.096 (doze milhões oitocentos e cinquenta e dois mil e noventa e seis reais) a título de emendas parlamentares de bancada.

Diante disso, para os fins do presente Memorando, adotar-se-á a RCL ajustada segundo a apuração feita pela Cfamege, sendo R\$ 86.373.047.508 (oitenta e seis bilhões trezentos e setenta e três milhões quarenta e sete mil quinhentos e oito reais) para fins de endividamento e R\$ 86.360.195.412 (oitenta e seis bilhões trezentos e sessenta milhões cento e noventa e cinco mil quatrocentos e doze reais) para despesas de pessoal.

2. APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL DE PESSOAL

Apresenta-se a seguir, tabela contendo os valores da Despesa Total com Pessoal e os percentuais informados pelos Poderes e Órgãos nos seus respectivos Relatórios de Gestão Fiscal:

Exercício de 2022 (1º quadrimestre)

R\$

Poder/Órgão	Limite Máximo (%)	Limite Prudencial (%)	Limite de Alerta (%)	Despesas Realizadas /RCL (*)	
				Port. STN 924/21 c/c INTCEMG 1/18	
				Valor	(%)
Executivo	49,0000	46,5500	44,1000	41.431.933.768	47,9757
Legislativo	3,0000	2,8500	2,7000	1.710.663.371	1,9808
Assembleia Legislativa	2,0000	1,9000	1,8000	1.115.426.629	1,2916
Tribunal de contas	1,0000	0,9500	0,0900	595.236.742	0,6892
Judiciário	6,0000	5,7000	5,4000	4.044.209.542	4,6830
Tribunal de Justiça	5,9100	5,6145	5,3190	4.001.864.296	4,6339
Tribunal de Justiça Militar	0,0900	0,0855	0,0810	42.345.246	0,0490
Ministério Público	2,0000	1,9000	1,8000	1.337.533.821	1,5488
Consolidado	60,0000	57,0000	54,0000	48.524.340.502	56,1883

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos independentes (1º Quadrimestre/2022).

(*) RCL = R\$ 86.360.195.412 (valor ajustado).

Conforme se observa na tabela acima, os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual publicaram seus Demonstrativos da Despesa com Pessoal nos termos Portaria STN nº 924/21, válida para o exercício financeiro de 2022, c/c a INTCEMG nº 1/18. A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo perfaz o montante de R\$ 41.431.933.768 (47,97% da RCL), **apurando-se excesso ao limite prudencial (46,55%) e ao limite de alerta (44,10%), de respectivamente, 1,42 e 3,87 pontos percentuais.**

É importante destacar que, em razão da apuração do excesso ao limite prudencial e de alerta, conforme acima demonstrado, são aplicáveis as restrições estabelecidas no art. 22 da LRF. Dessa forma, o Poder ou órgão que exceder o limite prudencial – como é o caso do Poder Executivo – devem observar as vedações previstas nesse dispositivo, até o retorno ao referido limite.

3. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

O inciso III do § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina a emissão de alerta, por parte dos Tribunais de Contas, aos Poderes ou Órgãos Independentes referidos no art. 20 da citada lei, quando for constatado que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia encontram-se acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites. Segundo o inciso I do art. 3º da Resolução 40/01 do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida – DCL, no caso dos Estados, não poderá exceder duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida – RCL.

No 1º quadrimestre de 2022, a Dívida Consolidada Líquida – DCL do Estado atingiu o montante de R\$ 132.402.887.891,07, enquanto a RCL ajustada para o cálculo dos limites de endividamento totalizou R\$ 86.373.047.507,72, apresentando uma relação DCL/RCL de 153,29%. Portanto, o Estado não ultrapassou o limite de alerta (180%), previsto no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

4. CONCLUSÃO

Por esses motivos, baseando-se na LRF, na Portaria nº 924/21 da STN e na Instrução Normativa nº 01/18 deste Tribunal, a Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado de Minas Gerais conclui que, no 1º quadrimestre de 2022, o Poder



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado

Executivo ultrapassou os limites prudencial e de alerta, no que tange à Despesa Total com Pessoal, tendo seus gastos atingido 47,97% da RCL.

Em relação à Dívida Consolidada Líquida, o percentual verificado, 153,29% da RCL, não ultrapassa o limite de alerta disposto no inciso III do § 1º do art. 59 da LRF.

Esta Coordenadoria entende ser possível a emissão do alerta, em atenção ao determinado no art. 59, § 1º, inciso II da LRF.

Respeitosamente,

Ana Carolina de Macedo e Marques Lanna
Coordenadora da Cfamge

Paulo Henrique Bese Lobato
Diretor da Diretoria de Controle Externo do Estado